

“O LIBERALISMO É UMA DESGRAÇA CONTRA A NAÇÃO BRASILEIRA”

A trajetória política e intelectual de Bresser-Pereira está intimamente ligada à História do Brasil. Sua atuação se destacou não só na administração pública, como também na iniciativa privada e na área acadêmica. Foi presidente do Banespa e secretário de governo na gestão Franco Montoro; ministro da Fazenda de José Sarney; e ocupou os ministérios da Administração Federal e Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, no governo Fernando Henrique Cardoso. Na iniciativa privada, esteve à frente do Grupo Pão de Açúcar como diretor-administrativo, entre 1965 e 1983. Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas desde 2005, é editor da Revista de Economia Política, que fundou e dirige desde 1981. Aos 84 anos, Bresser-Pereira continua ocupando um lugar de destaque no debate nacional, discutindo com paixão novas estratégias para a retomada do desenvolvimento do Brasil. Ano passado, diante de um país dividido e de uma crise econômica sem precedentes, reuniu um grupo de intelectuais para repudiar a “volta ao liberalismo radical do governo Temer”, que, segundo ele, “não quer saber

A SEMIESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil está estagnado desde 1994. E essa estagnação teve uma causa principal clara: taxa de juros muito alta e taxa de câmbio muito apreciada. Isso foi um fato novo, que provocou uma desindustrialização prematura e brutal da economia brasileira. Como consequência, o país começou a crescer a uma renda bruta de menos de 1% per capita, enquanto entre 1950 e 1980 ele crescia a uma taxa de 4,5%. Para mim, isso se chama semiestagnação.

O Brasil deixou de fazer o “alcançamento”, ou o “catching up” [processo por meio do qual países em desenvolvimento competem com os países ricos e crescem mais rápido do que eles, assumindo papel de destaque no cenário global], e passou a crescer mais lentamente

do social, apenas destruir e reduzir salário, bem ao gosto dos liberais”. Dessas conversas, surgiu o Manifesto Projeto Brasil Nação, lançado em março de 2017. “A missão do Projeto Brasil Nação é pensar o Brasil, é ajudar a refundar a nação brasileira, é unir os brasileiros em torno das ideias de nação e desenvolvimento”, diz o Manifesto, que recebeu apoio de importantes personalidades do mundo cultural, acadêmico e político.

Perguntado sobre o andamento do Brasil Nação, um ano depois de lançado, o economista nos passou a ideia de que a iniciativa não rendeu os frutos que esperava, confessando-se um pouco incompreendido nas suas propostas. Talvez por isso, em vez de responder às perguntas da **Por Sinal** (minhas, do Daro Piffer e do Paulo Lino), preferiu aproveitar o encontro e, durante uma hora, nos deu uma aula sobre o drama da economia brasileira, semi-estagnada desde a década de 80.

FLAVIA CAVALCANTI

do que os países ricos e muito mais do que os do Leste Asiático, particularmente a China. No plano econômico, desde 1994, quando enfim superamos o problema da inflação — antes tínhamos superado a crise da dívida externa, que estagnou a economia nos anos 80 —, era de se esperar que o Brasil crescesse, e não cresceu.

Não cresceu com o Collor, que implantou o regime liberal, e não cresceu com Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou essa política liberal. E veio Lula, que não é desenvolvimentista, mas de centro-esquerda, e se preocupou saudavelmente com a distribuição de renda, com a diminuição da desigualdade. Mas em nada mudou a política econômica, que continuou liberal. Depois veio a Dilma, e durante dois anos ela tentou mudar.



ENTREVISTA
LUIZ CARLOS
BRESSER-PEREIRA

Fracassou. Foi muito incompetente, infelizmente, política e economicamente. E o país voltou para trás...

Por fim, tivemos um golpe parlamentar. E continuamos no regime liberal e semiestagnados. Depois de uma recessão brutal de três anos, neste ano estamos retomando o crescimento, mas esta retomada é ridícula. Isso mostra que havia uma doença mais profunda na economia brasileira.

POPULISMO ECONÔMICO

Acredito que a semiestagnação da economia decorre de duas coisas. Um populismo econômico, que nada mais é do que uma atitude dos brasileiros, em todos os níveis, de consumir hoje e agora. Tanto a direita como a esquerda, tanto os ricos como os pobres. Ninguém acredita que é preciso fazer poupança para investir. Para alguns, basta aumentar salários e consumir; para outros, reduzir salários e os ricos consumirem. E todos têm a solução mágica: já que não poupamos, usamos a poupança externa.

O populismo econômico é incompatível com o desenvolvimento brasileiro. É associado à total perda da ideia de Nação. Não sabem quais são seus interesses, de forma que se deixam dominar e passam a adotar esse liberalismo que vem dos EUA.

Populismo econômico é um conceito que aparece no final dos anos 80, no quadro do Consenso de Washington. Eu uso porque é prático. Não tem nada a ver com o populismo político. É simplesmente gastar mais do que se arrecada, irresponsavelmente.

Segundo os liberais que inventaram o conceito, é o Estado da indisciplina fiscal. Eu sou um keynesiano e sou contra a indisciplina fiscal. Acho que só se entra em déficit público, contraciclicamente, em recessão. Fora isso, o Estado tem de ser disciplinado e manter sob controle a sua dívida pública.

Mas existe outro populismo econômico, que é o cambial. Neste caso, não é o Estado, mas o Estado-Nação que gasta mais do que arrecada, de forma irresponsável. Novamente, o resultado é consumo. E, nos dois casos, o não crescimento. No primeiro, o resultado é endividamento interno. No segundo, é pior, endividamento externo. Além disso, essa prática e a decisão de incorrer em déficit de conta-corrente é uma forma de apreciar o câmbio. E, ao apreciá-lo, torna-se as empresas industriais não competitivas. Promove-se a desindustrialização.

Por que o Brasil não cresce? Porque entrou na armadilha da renda média. Foi o Banco Mundial que inventou isso, em 2007. E, estatisticamente, os levantamentos feitos por vários economistas lá do Norte revelam que uma série de países de renda média parou de crescer. O Brasil, certamente. Mas não os do Leste Asiático, claro. A partir dos anos 90, muitos pararam de crescer ou passaram a crescer miseravelmente. A não ser quando houve um *boom* de commodities, como no tempo do Lula. Fora isso, há uma taxa de crescimento muito insatisfatória.

E puseram-se a dar explicações maravilhosas para isso. Por exemplo: “O problema são as instituições, porque as instituições fazem a diferença.” Os liberais adoram falar isso. “Institutions matter” [Instituições são importantes] Sim. Água e ar também. Claro que as instituições importam. Mas as nossas não pioraram em nada, até melhoraram, pelo menos de acordo com os liberais, que fizeram um monte de reformas. Estamos vendendo o Brasil!

A VIRADA NEOLIBERAL

Estou fazendo um artigo com a jornalista Eliane Araújo, em que vou tentar explicar melhor essa questão com uma teoria, o Novo Desenvolvimentismo. Uma macroeconomia novo-desenvolvimentista. Uma forma de explicar essa teoria é dizer

por que o Brasil parou, por que muitos países, além do Brasil, pararam, enquanto outros, em número menor, como a China, os países do Sudeste Asiático e a Índia, continuaram crescendo.

Porque, a partir dos anos 80, o Norte deixou de ser desenvolvimentista e passou a ser neoliberal. Não pensem nos EUA, pensem nos anos dourados do capitalismo da Europa. E nos EUA do New Deal, que foi muito progressista e intervencionista, só que com uma intervenção moderada. O desenvolvimento, para mim, é o Estado intervir moderadamente na economia e ter uma ideia de Nação.

O capitalismo nasceu desenvolvimentista, tinha estratégias de desenvolvimento. Nasceu desenvolvimentista na Bélgica, na Inglaterra, na França, com a revolução industrial em cada um desses países, que aconteceu no quadro do mercantilismo. Não foi no quadro do Adam Smith, que escreveu seu livro em 1776, fundando o liberalismo econômico. A Inglaterra só abriu sua economia no ano da graça de 1834, 50 anos depois da publicação do Adam Smith. Virou liberal a partir dos anos 30 — entre os anos 30 do século 19 e os anos 20 do século 20. Então veio a crise de 1929 e a revolução daquele que foi o grande estadista da História: Franklin Delano Roosevelt.

Até então o capitalismo, mesmo nos EUA, era razoavelmente desenvolvimentista. O Banco Mundial, moderado, bem comportado, era também desenvolvimentista. Depois houve uma mudança fundamental em torno do capitalismo, isso por volta de 1980. De repente, o regime dá uma virada violenta, que teve péssimos efeitos. No resto do mundo, essa virada aconteceu um pouco depois, em torno de 1990, exceto nos países do Leste Asiático.

Como isso se refletiu no desenvolvimento do Brasil? Para explicar, temos de descobrir o fato novo, histórico, que mudou substancialmente o cenário. O período dos anos 80 se explica com a política de crescimento com poupança externa do Geisel, que resultou na crise da dívida externa e na alta inflação inercial, uma vez que a economia foi indexada pelos militares. E, durante dez anos, até o Plano Real, ficamos estagnados devido à alta inflação.

A DOENÇA HOLANDESA

Qual é o segredo do crescimento do Brasil? O Brasil é um país que tem doença holandesa. Quase todos os países da América Latina têm, mas os do Leste Asiático, não.

A doença holandesa é uma sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio de um país que é exportador de commodities. E essas commodities, por uma série de razões — “rendas ricardianas” [expressão derivada do nome do economista britânico David Ricardo (1772-1823), para as rendas que têm origem nos diferenciais

de produtividade de recursos naturais. Por exemplo, a renda da terra ou de reservas de petróleo] ou um boom de commodities, ou os dois juntos —, também podem ser apreciadas com lucro. É uma taxa substancialmente mais apreciada do que a taxa necessária para que as empresas industriais, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, sejam competitivas. É uma falha de mercado, uma desvantagem, que provoca um desequilíbrio fundamental. Os países que têm doença holandesa não se industrializam — Arábia Saudita, Venezuela. (ver quadro no final da entrevista)

O Brasil, como a Argentina, também tem a doença holandesa, mas não tão grave, pois ela é causada pelo café, pela soja, pelo minério de ferro, que não apreciam tanto. A diferença entre o que é satisfatório para as commodities e o que é necessário para a indústria é menor, mas é suficientemente grande para ser preciso neutralizá-la se o país quiser crescer. Então eu concluo que o Brasil, quando teve esse desenvolvimento industrial extraordinário, neutralizou sua doença holandesa.

A doença holandesa não acontece só em país pobre. Os EUA tiveram doença holandesa. O petróleo a preço de banana que eles descobriram — a exploração no final do século 19 e começo do século 20 — foi um problema para a indústria americana. Eles não sabiam da doença holandesa, como nós não sabemos, mas sentiram. E fizeram uma coisa simples: tarifas aduaneiras muito altas. Vocês têm ideia de quando os EUA baixaram suas tarifas alfandegárias e deixaram de ser um país protecionista, embora eu não ache que era protecionista? No ano de 1839. E por quê? Porque estavam neutralizando a doença holandesa. Quando você aplica tarifas alfandegárias, está fazendo a mesma coisa que depreciar a taxa de câmbio, para efeito de mercado interno. As empresas não ficam competitivas para exportar, mas para o mercado interno, sim. Com aquele mercado interno enorme dos EUA, com todo o crescimento que vinha já do século 19, eles não tiveram problema em desenvolver uma grande indústria, muito mais voltada para o mercado interno do que para a exportação.

O Brasil fez a mesma coisa. Através de tarifas aduaneiras ou de mecanismos de câmbio múltiplo, o que se fazia essencialmente era neutralizar a doença holandesa para efeito de mercado interno. Não é a forma mais elegante, mas era o que os países faziam intuitivamente. Não sabiam o que era a doença holandesa, então precisavam desenvolver toda uma teoria, o chamado desenvolvimentismo clássico — “development economics” ou estruturalismo latino-americano. É o Prebisch [(Raúl Prebisch)], o Furtado [Celso Furtado], da Cepal, o Arthur [Arthur C. Lewis], o Nurkse [Ragnar Nurkse], o Myrdal [Gunnar Myrdal], o Hirschman [Albert Hirschman], Hans Singer. Os grandes economistas desenvolvimentistas.



O populismo econômico nada mais é do que uma atitude dos brasileiros, em todos os níveis, de consumir hoje e agora. Tanto a direita como a esquerda, tanto os ricos como os pobres. Ninguém acredita que é preciso fazer poupança para investir. Para alguns, basta aumentar salários e consumir; para outros, reduzir salários e os ricos consumirem. E todos têm a solução mágica: já que não poupamos, usamos a poupança externa. O populismo econômico é incompatível com o desenvolvimento brasileiro. É associado à total perda da ideia de Nação.



DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO

Resolvi chamar essa escola de pensamento, que começa nos anos 40 e vive até os 60, de desenvolvimentismo clássico. Uma série de teorias e críticas ao pensamento liberal neoclássico, para justificar a aplicação dessas tarifas pelo Estado e adotar o chamado modelo de substituição de importações. Nesses casos, estavam certos de que faziam a proteção da indústria infante (conceito inventado pelo americano Alexander Hamilton em 1792, quando foi secretário do Tesouro dos EUA, e retomado por Friedrich List, na Alemanha). Mas não era só isso. Também estavam neutralizando a doença holandesa. Sem saber, mas estavam. E o Brasil também.

No caso do Brasil, em 1967 acontece uma coisa fundamental, que o meu amigo Delfim [Delfim Netto, ministro da Fazenda de 1967 a 1974] até hoje não entendeu direito. Mas ele foi o gênio que fez a coisa. Ao chegar ao poder, ele cria o crédito-prêmio de exportação [crédito-prêmio de imposto sobre produtos industrializados — IPI, instituído pelo Decreto-lei 491/69, que isentava de IPI os produtos exportados pelas indústrias e permitia que elas se creditssem do imposto pago na compra de matérias-primas]. Um mecanismo complicadíssimo que, trocado em miúdos, significava um alto subsídio à exportação de manufaturados. Era a neutralização da doença holandesa, agora para efeito de mercado externo.

Para se ter uma ideia do que aconteceu, as exportações de manufaturados no país, que representavam 6% do total das exportações brasileiras em 1965, no fim do processo, em 1990, quando acaba o subsídio, chegaram a 62%. Ou seja, foram de 6% para 62%, em 25 anos — ou em 23, porque dois anos foram gastos para inventar a história. E o Brasil virou um grande exportador de manufaturados. A economia cresceu e a participação das commodities, que era dominante com o café, diminuiu.

Mas em 1990 chega Collor e faz a abertura. Tristemente, com meu apoio. Como ministro da Fazenda de Sarney, em 1987 eu comecei a fazer os preparativos necessários para a abertura, porque uma tarifa média de 45% de importação era uma loucura. Não olhei os subsídios, não sabia nada de doença holandesa. Quando o Collor chegou, estava tudo preparado. Abriam o mercado e a alíquota de importação foi de 45% para 12%.

A indústria nacional não estava preparada para isso. No sistema comercial brasileiro, nos 45% de tarifa média de importação, nos 45% de subsídio à exportação de manufaturados, em tudo isso estava embutido o mecanismo Delfim Netto de neutralização da doença holandesa. Quando se faz a abertura, acabam com o subsídio, pura e simplesmente. Só foi diferente no caso da indústria automobilística, que o José Serra cuidou quando foi ministro do Planejamento, em 1995. Senão, nem indústria automobilística teríamos mais, pois a tarifa de importação foi para 12%! Resultado: o país passou a ter uma grande

desvantagem competitiva, o câmbio se tornou inviável para a indústria brasileira. A doença holandesa deve ter apreciado a taxa de câmbio entre 10% e 20%, conforme o preço internacional das commodities.

POPULISMO CAMBIAL

Mas não é só isso. A taxa de câmbio no Brasil é apreciada por dois motivos. Um, porque se neutraliza a doença holandesa. Outro, porque se mantém uma taxa de juros escandalosamente alta. O Banco Central vem, desde 1995, mantendo taxas de juros altíssimas, permanentemente. Ontem [dia 16 de maio] terminou um grande processo de redução, quando o Banco Central freou a taxa em 6,5%. Com uma inflação de 2%, se tanto [a variação acumulada em 12 meses do IPCA foi de 2,76% em abril], continua-se com quase 5% de taxa real de juros, enquanto no resto do mundo a taxa básica é próxima de zero. A taxa de juros tem sido altíssima no Brasil e não é só para combater a inflação. Ninguém me explica por que preciso de uma taxa de 5%, 8%, 10%, a não ser para atrair capitais.

Os brasileiros, à direita e à esquerda, estão convencidos de que, se o Brasil tiver um déficit de conta-corrente de 3% do PIB, e for financiado em mais ou menos 70% por investimentos diretos, estaremos no melhor dos mundos, aquele mundo do doutor Pangloss, do Candide (“Cândido, ou o Otimismo”), do Voltaire, uma maravilha. Pois eu digo que quando se tem 3% de déficit de conta-corrente, ou mais ou menos isso, mesmo que financiado em 70%, 80%, pouco importa, por investimento direto estrangeiro, está se praticando populismo cambial. E está se estimulando fortemente o consumo, e não o investimento.

Das duas, uma: ou eu sou um grande economista e estou descobrindo a América, ou sou um péssimo economista e não sei o que estou falando. Porque faço esta afirmação: os países em desenvolvimento devem crescer com seu próprio capital e não devem ter déficit em conta-corrente. A não ser em momentos raros, quando já estão crescendo muito rapidamente. A última vez no Brasil foi na época do Milagre Econômico, entre 1968 e 1973. A Coreia teve um momento, por exemplo, nos anos 70, em que valia a pena, porque o crescimento era brutal. E quando o crescimento é brutal, a propensão marginal a consumir diminui; a propensão marginal a investir aumenta; e a taxa de substituição da poupança interna pela externa diminui. O dinheiro que vem de fora acaba por ser investido.

Normalmente, por que esse dinheiro que vem de fora vira consumo e não é investido? Essa foi minha intuição básica em 2001, quando comecei a desenvolver toda essa teoria. Porque, se você tem um déficit de conta-corrente de 3%, 4% do PIB, a taxa de câmbio que corresponde a esse déficit

é substancialmente mais apreciada do que a taxa de câmbio que equilibra a do Brasil. E se você quiser ter um superávit em conta-corrente — deveria ter um superávit de 1% mais ou menos —, a taxa de câmbio que equilibra é ainda mais depreciada. Isso é uma coisa absolutamente fundamental.

A política de crescer com poupança externa, que nos é vendida pelo Norte, a aceitamos com grande alegria — porque é consumo e consumo é festa. Mas nos enganamos dizendo que não é consumo, mas poupança externa que vai virar investimento. Mas é claro que não vira. Porque se aprecia o câmbio e, com isso, se cria uma desvantagem competitiva para as empresas industriais. E estimula-se o consumo, porque o poder aquisitivo das pessoas aumenta quando o câmbio é apreciado. E todo mundo vai para Miami.

O fato concreto é que, em 1990, com a abertura comercial, nós e outros países entramos na armadilha da renda média e paramos de neutralizar a doença holandesa. E deixamos de ter juros baixos e passamos a ter juros escandalosamente altos, seguindo as normas lá de cima. Porque essa forma de neutralizar a doença holandesa era chamada de protecionismo. Não era. Eu sou contra o protecionismo e continuo fiel à minha ideia de abertura lá de 1987.

OS 5 PREÇOS DA ECONOMIA

Existe um regime de política econômica desenvolvimentista e um regime de política econômica liberal. No caso de um país que tem problema de doença holandesa, e é um país em desenvolvimento, com um monte de rentistas e financistas que acham que juros altos é bom, um país assim não cresce de jeito nenhum. Precisamos de desenvolvimentistas responsáveis fiscalmente.

Há duas contas macroeconômicas. O que o economista precisa fazer é manter os cinco preços macroeconômicos certos. Os neoliberais neoclássicos dizem que os desenvolvimentistas têm preços errados, porque, para eles, o certo é o preço do mercado. Não, meus amigos. Eu vou discutir os cinco preços macroeconômicos: taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de salários, taxa de inflação e o mais importante deles, a taxa de lucro. Nunca vou ter desenvolvimento econômico se os empresários não tiverem lucro, principalmente os empresários que desenvolvem produtos industriais, os setores sofisticados. No Brasil, só têm lucros no setor produtivo, desde 1990, as commodities (e as coisas em volta delas) e as empresas de “non tradeables” — construção civil e outros setores que servem o mercado interno. Empresa de “tradeable”, que é fundamentalmente indústria, não tem lucro porque a taxa de câmbio a inviabiliza [tradeable são produtos não commodities negociáveis no mercado externo, exportáveis; non tradeable só é negociável no mercado interno].



O ajuste liberal é muito simples. Faz-se o ajuste “à la Joaquim Levy”, corta-se a despesa corrente, o investimento público de alto a baixo, e, com isso, o déficit público diminui, e a taxa de juros cai um pouco. Só que isso provoca uma bela recessão, que provoca desemprego e queda dos salários.



E eu preciso que os cinco preços estejam certos. Não é o que o mercado define, porque o mercado é absolutamente incapaz de definir o que é preço certo. Eu sou desenvolvimentista principalmente por causa disso. O nível da taxa de juros, em torno da qual o Banco Central faz sua política monetária, deve ser baixo. Nos EUA, está próxima de zero; no Brasil deveria ser mais ou menos 2%. A taxa de câmbio deve ser competitiva. Ou seja, deve tornar competitivas as empresas “tradeables”, não as commodities.

A taxa de salários tem de crescer com a produtividade. Não pode inviabilizar a taxa de lucros dos empresários. A taxa de inflação, por sua vez, tem de ser muito baixa, não há nenhuma razão para não ser. E a taxa de lucro tem de ser satisfatória para os empresários competentes e capazes de investirem. É isso que nós não temos. Não temos os juros no lugar certo, não temos o preço do câmbio no lugar certo e não temos a taxa de lucro no lugar certo para a indústria. E durante algum tempo, no governo Dilma, nem os salários, pois eles começaram a crescer mais que a produtividade. O resultado foi a crise em que nós entramos.

É preciso manter os cinco preços certos e as duas contas macroeconômicas certas. Ser responsável fiscal e cambialmente. Se a dívida pública estivesse num nível razoável — hoje está acima do razoável —, o país poderia ter um pequeno déficit público, desde que ele não implicasse aumento da relação déficit público/PIB. É possível. Bastaria que este déficit público fosse menor do que a taxa de crescimento da economia. Agora, em conta-corrente, o Brasil deveria ter um superávit, em vez de déficit. Se o Brasil não tivesse doença holandesa, deveria ter zero de déficit. Isso significa uma política fortemente antipopulista. Eu defendo que o Estado tenha uma poupança pública para financiar uma parte dos seus investimentos. É fácil fazer isso? Depreciar o câmbio, colocar o juro no lugar certo? Não! Quem é contra? Não só os populistas de esquerda, todos os liberais também.

QUEM PAGA PELO AJUSTE

Vamos pensar num país, num modelo, para saber quem é que paga pelo ajuste. Venho vendendo essas ideias e os liberais não querem saber delas, porque é desenvolvimentismo. E os desenvolvimentistas — nem todos, mas uma parte deles — também não querem, porque dizem que a depreciação baixa salários. Baixa mesmo, um pouquinho. Se você faz uma depreciação bem-sucedida, em termos reais, por algum tempo você baixa o poder aquisitivo dos salários. Mas essa queda é provisória, depois recupera e o país passa a crescer mais. Os empresários passariam a investir porque teriam o lucro que precisam e os salários aumentariam muito mais.

O ajuste populista de esquerda é simples, é só fazer política industrial. O ajuste liberal também é muito simples, faz-se um ajuste fiscal “à la Joaquim Levy”, corta-se a despesa corrente, corta-se o investimento público de alto a baixo, e, com isso, o déficit público diminui, e a taxa de juros cai um pouco. Só que isso provoca uma bela recessão, que provoca desemprego, que provoca queda dos salários. Com a queda dos salários, ainda que o câmbio continue no mesmo nível, ele se torna mais competitivo, de forma que estaria tudo resolvido. E quem paga? São exclusivamente os trabalhadores. Eles é que ficam desempregados e perdem os salários.

O Marcos Lisboa escreveu um artigo na Folha de S.Paulo, publicado em maio, dizendo que não compreendia por que alguns economistas, eu entre eles, estão sempre atribuindo o problema fundamental do Brasil aos juros e ao câmbio. Em determinado ponto, ele escreve: “Quando você deprecia o câmbio, você reduz o salário e aumenta o lucro dos capitalistas.”

No meu modelo — e não é esse modelo marxista do meu amigo Marcos Lisboa, que só tem capitalistas de um lado e

trabalhadores do outro –, tem trabalhadores, mas os capitalistas são dois: os empresários e os rentistas. Rentista é quem vive de aluguéis, juros e dividendos, não é quem trabalha. Nem paga imposto. Empresário é quem empreende, sofre riscos, não é brincado ser empresário. Acho que os rentistas são os herdeiros dos especuladores. Uma desgraça, deveriam ter o mínimo de rendimento, mas são os que mandam no Brasil hoje, associados aos financistas no mundo. Eu chamo o capitalismo que nós estamos vivendo de capitalismo financeiro-rentista.

MODELO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Qual é o ajuste novo-desenvolvimentista? Você faz o ajuste fiscal, mas não corta o investimento, só corta a despesa corrente. Procura garantir o investimento público. Ao mesmo tempo, deve mostrar ao Banco Central que o ajuste é sério, para que reduza os juros. Segundo ponto: você faz uma depreciação cambial para neutralizar a doença holandesa, não por meio de tarifas e subsídios, mas por meio de uma retenção variável sobre as exportações de commodities, o que produz exatamente o mesmo resultado, de forma elegantíssima. E o exportador de commodities não paga nada. Ele paga em retenção, recebe de volta em câmbio. E, assim, se baixam os juros.

Com essas duas medidas, o câmbio deprecia e se tiram as duas causas fundamentais da apreciação. O país recupera a competitividade plenamente, e não pela metade (como no outro caso), e volta a crescer. E agora quem pagou pelo ajuste? Os trabalhadores pagaram, mas um pouco menos, porque a recessão certamente foi menor. Os rentistas pagaram também, e para valer. Primeiro, porque pagaram igualzinho aos trabalhadores, no fluxo de juros, aluguéis e dividendos que recebem — e que perdem valor. Segundo, porque eles têm riqueza em reais e essa riqueza perde valor, enquanto os trabalhadores não têm riqueza para perder. Terceiro, a redução na taxa de juros é ótima para trabalhadores. Taxa de juros baixa para rentista é anátema. Em pouco tempo, embora os salários não voltem a crescer logo, os empregos começam a ser retomados, e isso interessa ao trabalhador também.

Se os liberais representam os interesses principalmente dos rentistas, os novo-desenvolvimentistas querem representar os interesses dos trabalhadores, mas também dos empresários, e não dos rentistas.

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Sou absolutamente contra o fato de o Banco Central controlar a política de taxa de câmbio. Entendo que o governo brasileiro deveria criar um Copoc — um Conselho de Política Cambial, parecido com o Comitê de Política Monetária (Copom), mas não

igual. E fora do Banco Central. Esse Comitê de Política Cambial seria também do governo. E ele definiria a política cambial para o BC executar, como funciona nos EUA. Ainda que para eles seja muito mais difícil do que para nós mexer no câmbio. O problema é que, como o Banco Central fica apenas responsável pela inflação, o câmbio se torna instrumento para combater a inflação. O Banco deveria ter esse compromisso com o câmbio — uma forma mais direta.

Toda essa teoria, tudo o que falei sobre o câmbio, acho que é algo muito novo. Porque, antes dela, a taxa de câmbio nunca foi parte de uma teoria de desenvolvimento econômico. Agora é.

Hoje há uma pressão para que o Banco Central do Brasil tenha autonomia, e é bom que tenha uma certa autonomia. Mas não precisa de nenhuma autonomia a mais do que essa que ele já tem. A rigor, o Banco Central deve responder ao governo. Estamos numa democracia, ele deve ser um órgão do governo insulado burocraticamente. Como deve ser a Petrobras, e era assim no tempo dos militares, como deve ser o BNDES e continua sendo, graças a Deus. Deve ser insulado, mas tem de responder ao governo. O governo que foi eleito é que deve ser responsável pelo Banco Central. É assim nos EUA. Na crise do euro, o Banco Central Europeu, que é autônomo, demorou cerca de três anos para agir. Eu não tenho nenhuma simpatia por grandes autonomias. Acho que deve ter uma autonomia razoável, uma dialética.

Não quero transformar o Banco Central em um Ministério da Fazenda — tem que ter certa independência, mas só um pouco. Naquele breve período em que eu fui ministro da Fazenda, participei de uma reunião anual do Comitê de Desenvolvimento. Quem senta no Comitê de Desenvolvimento? São os executivos do Banco Mundial, do FMI e os ministros de 25 países, e um pouco ao lado de cada um deles, assessorando, o presidente do Banco Central. E é o que tem de ser.

DIREITOS REPUBLICANOS

O orçamento engessado é realmente um problema importante da economia brasileira. É preciso diminuir um pouco essas vinculações, que não são saudáveis, dificultam a administração, a política fiscal do governo. No plano fiscal, o Estado, ou o Tesouro, é vítima de uma captura permanente. Há sempre grupos fortemente dispostos a capturar o patrimônio público, a privatizar o patrimônio público, a fazer o “rent-seeking”, a busca de renda [*busca de benefícios ou privilégios econômicos por meio de influência, ou lobby, junto ao governo*], tudo a mesma coisa. Quem são os buscadores de renda no Brasil? Em primeiro lugar, são os rentistas, de tanto que eles levam de dinheiro, de juros que não deveriam ser pagos, mas que são legais.

Meu melhor artigo de teoria política chama-se “Cidadania e res pública: a emergência dos direitos republicanos”. E o que são os direitos republicanos? Você tem os direitos civis, historicamente. Depois os direitos políticos, com o sufrágio universal. E então os direitos sociais, já no século 20. No final desse século, estava se definindo um quarto tipo de direito, que eu propus chamar de direitos republicanos. O direito que cada cidadão tem de que a coisa pública, o patrimônio público, seja utilizado para fins públicos. Mas não estou dizendo isso para brigar contra a corrupção — porque a corrupção não precisa de nenhum direito novo. Para corrupção, é preciso polícia e cadeia.

Acontece que esse patrimônio público está sendo permanentemente capturado, privatizado. Os juros são uma forma de fazer isso. Salários e aposentadorias excessivamente altas e desconectadas da realidade do trabalho que a pessoa faz no setor público é outra forma de captura. Os subsídios escandalosos, tudo isso são capturas. É algo muito grande e difícil de enfrentar. Os interesses não são somente dos políticos bandidos, mas também dos empresários, dos rentistas, financistas, etc... Em alguns momentos, até dos trabalhadores. É uma briga constante. E eu vejo, por outro lado, que a dominação neoliberal sobre o Brasil inviabiliza qualquer coisa. Eles têm uma solução geral, universal, mas nunca resolverão esses problemas e nos manterão subordinados ao capitalismo financeiro rentista internacional.

Finalmente, por que os países do Leste e do Sudeste da Ásia, e mais a Índia, continuaram crescendo? Porque eles não se submetem às reformas neoliberais. Porque eles continuam sendo desenvolvimentistas e porque não têm doença holandesa (a Indonésia já tem). Isso é muito importante. Não passa na cabeça de um japonês,

de um chinês, de um malaio, de um vietnamita que são europeus. Enquanto nós, brasileiros, achamos que somos europeus. Cadê a Nação brasileira? Eles têm uma nação muito mais forte que a nossa. O liberalismo é uma desgraça contra a Nação brasileira.

PROJETO DE NAÇÃO

A única forma de viabilizar um projeto como o que eu defendo é através da democracia. Na democracia, nós temos alguns bons candidatos. Eu absolutamente não acredito que todos sejam corruptos. Acredito que uma nação é forte, quando tem pessoas que são nacionalistas do ponto de vista econômico. Tenho horror do nacionalismo étnico, mas sou um defensor do nacionalismo econômico, porque o capitalismo é uma competição não só entre empresas, mas também entre Estados-Nação. Precisamos ter uma estratégia de competição, que é uma estratégia de desenvolvimento. Além de ter essa visão nacionalista econômica, você precisa ter uma visão republicana e, finalmente, democrática, que é óbvia.

Mas o que é o republicano? Para mim, é uma coisa muito bem definida. Vem de Aristóteles, passa por Cícero. O republicanismo é o princípio, de acordo com o qual você só é um político, um cidadão digno de respeito, se não tem apenas direitos, mas também obrigações. E é capaz de tomar decisões, como político, como economista, como cidadão, que são pautadas pelo interesse público, mesmo quando essas decisões não o interessem diretamente, pelo contrário, o incomodam um pouco, ou bastante. Uma sociedade, para prosperar, precisa ser democrática, republicana e, num certo grau, nacionalista. A democracia inclui a igualdade — o grande problema brasileiro que precisa ser enfrentado. ✓

DOENÇA HOLANDESA

Em economia, doença holandesa (Dutch disease) refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais ou commodities e o declínio do setor manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na extração desses recursos e a não se industrializar — o que, a longo prazo,

inibe o processo de desenvolvimento. A expressão “doença holandesa” foi inspirada em eventos dos anos 60, quando uma escalada dos preços do gás natural teve como consequência um aumento substancial das receitas de exportação dos Países Baixos e a valorização do florim (moeda da época). A valorização cambial acabou por derrubar as exportações dos demais produtos holandeses, cujos preços se

tornaram menos competitivos internacionalmente, na década seguinte.

Assim, um aumento de receita decorrente da exportação de matérias-primas pode prejudicar as exportações de bens manufaturados de um país, levando eventualmente ao declínio da indústria, dado que a valorização cambial pode tornar o setor manufatureiro menos competitivo externamente.